

# ÍNDIOS KANINDÉS: MEMÓRIA, IDENTIDADE E EDUCAÇÃO<sup>1</sup>

Antônio Roberto Xavier  
José Gerardo Vasconcelos

## Introdução

O presente artigo é resultado parcial do projeto de pesquisa para estágio pós-doutoral apresentado e aprovado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. O estágio pós-doutoral em alusão é derivado do Edital n. 05/2017, referente ao processo seletivo para bolsistas do Programa Nacional de Pós-Doutorado, de concessão institucional em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* acadêmicos recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

A pesquisa é de caráter historiográfico regional e faz parte do projeto “Índios Kanindés de Aratuba-Ceará: Cultura, Memória e Educação”. A problemática norteadora do estudo desponta da histórica tentativa de apagar, ofuscar e/ou destruir o legado cultural de nossos ancestrais nativos (indígenas). Essa tem sido, ao longo de nossa história de formação como nação, uma tentativa eurocêntrica e etnocêntrica, cujas consequências refletem-se tragicamente na identificação e reconhecimento de nossos traços étnico-culturais indígenas (MENEZES, 1991-1992).

Metodologicamente esta pesquisa segue o método fenomenológico. É do tipo descritivo-exploratório e de abor-

---

<sup>1</sup> Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão da bolsa de pesquisa pós-doutoral do Programa Nacional de Pós-Doutorado, concedida por meio do Edital n. 05/2017/UFC/PPGE.

dagem qualitativa de estudo empírico com base em fontes de pesquisa de campo. É de natureza básica estratégica e emprega como procedimento técnico o estudo de caso etnográfico. Para a geração de dados e informações peculiares, analisaram-se, além de fontes secundárias, como livros, artigos de periódicos e documentos oficiais, fontes primárias, como documentos historiográficos, cadernos de campo, observações diretas, entrevistas e registros de fatos, fotografias, vídeos e artefatos, visando compreender as invenções do cotidiano do povo indígena Kanindé do município de Aratuba, Ceará (CE).

Este artigo objetiva demonstrar traços étnico-culturais identitários e aspectos educacionais indígenas dos descendentes do povo Kanindé da localidade de Fernandes, Aratuba-CE. A escrita está dividida em quatro tópicos textuais. No primeiro momento (esta introdução), o texto trata do desenho geral da pesquisa elencando os principais elementos históricos e teórico-metodológicos. No segundo tópico, o texto encarrega-se de identificar e tentar compreender os diversos traços étnico-culturais do povo Kanindé. No terceiro ponto, a abordagem versa sobre a educação formal do e com o povo Kanindé. Por fim, como último elemento textual, vem a conclusão, que retoma o objetivo geral e verifica de forma sucinta se houve o alcance pretendido pelo objetivo da pesquisa.

### **Povo Kanindé de Aratuba: afirmação e identificação étnico-cultural**

Somos índios por causa da geração passada. Temos uma mistura do sangue dos nossos avós, tataravós, pais, e nossas histórias que vivemos no passado. (SANTOS, 2007).

Os diversos e inúmeros estudos culturais no Brasil apontam pressupostos de que sua formação social tende a cultivar a ideologia legada pela colonização europeia, centrada em um arcabouço cultural imaginário e simbólico eurocêntrico que prima por uma raça branca e pregadora da fé cristã católica como religião única e verdadeira superior às demais. Esta tem se tornado uma problemática vivida, sentida e, muitas vezes, imposta no seio da sociedade brasileira. Em consequência, ao longo da história de formação da sociedade brasileira, tem-se cultivado o preconceito, o racismo e a discriminação de nossas origens étnico-culturais indígenas e africanas com base na crença de uma história cultural superior eurocêntrica.

Com efeito, ao longo do processo histórico de formação da sociedade brasileira, o colonizador quis sempre sobrepor sua cultura às outras, trazendo, com isso, consequências insuperáveis à ideia de identificação, reconhecimento e afirmação étnico-cultural e racial também. Por outro lado, essa tentativa de imposição cultural eurocêntrica também tem encontrado resistência por parte dos nativos ao longo do processo histórico de formação da sociedade brasileira. Esse é o caso, por exemplo, do povo Kanindé de Aratuba-CE.

A atual comunidade da localidade de Fernandes, antiga “Terra da Gia”, município de Aratuba-CE, é habitada por descendentes/remanescentes do povo Kanindé<sup>2</sup>, nativos (in-

---

<sup>2</sup> Atualmente os Kanindés são reconhecidos como tribo pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que está a delimitar o território desse povo em 1.700 hectares. Atualmente (abril de 2018) a comunidade de Fernandes chega a 1.300 pessoas, incluindo descendentes de índios e não índios. Esse total abrange em média 280 famílias. Porém, segundo dados do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena constantes do Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará sobre a população aldeada, datado de 2 de janeiro de 2018, o número somente de indígenas em Fernandes, Aratuba-CE, chega a 942 membros aldeados identificados como descendentes dos índios Kanindés, o que corresponde a 240 famílias Kanindés (SIASI-DISEI, 2018).

dígenas) pertencentes ao grupo étnico dos Tarariús, que circulava e habitava áreas adjacentes à bacia hidrográfica dos rios Choró, Quixeramobim e Banabuiú. O povo tem a denominação de Kanindé em alusão ao chefe indígena Canindé, sucessor de Janduí, grande chefe da nação dos Janduís da etnia dos Tarariús. A tradição dessa etnia era de chamar o seu povo (tribos) pelo nome de seu chefe. Assim, quando Janduí faleceu, seu sucessor foi Canindé, chefe e guerreiro destacado. A partir de 1995, com a reivindicação de identificação e afirmação étnico-cultural, os descendentes das tribos chefiadas por Canindé passaram a utilizar o etnônimo “Kanindé” (GOMES, 2012).

Os antepassados dos atuais Kanindés, os Janduís, habitaram primeiramente o sertão, sobretudo as terras compreendidas entre as Capitânicas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande (do Norte). Porém, após o “Assento das pazes, registrado em 1692, entre o chefe Janduí e o rei de Portugal”, os Janduís, chefiados por Canindé, passaram a circular e a serem vistos também na Capitania de Siará-Grande. Já na primeira metade do século XVIII, “em 1734”, os Kanindés receberam “Sesmaria e, em 1739”, fizeram aliança com o povo Jenipapo. Em seguida, “em 1764”, os Kanindés, então aliados aos Jenipapos, transferiram-se para as terras da Vila de Monte-mor-o-novo-D’América, atual município de Baturité-CE, situado no sopé da serra que dá acesso ao município serrano de Aratuba-CE (GOMES, 2012, p. 77).

É salutar deixar posto que, até o ano de 1995, os integrantes do povo Kanindé, os Canindés, não se autodeclaravam como descendentes indígenas, pois tinham receio de represálias e preconceitos por parte dos “homens brancos” da região, especialmente os da fazenda Alegre, situada nas adjacências onde viviam os Kanindés. Aliás, o processo de

delimitação da terra do povo Kanindé teve seu início com um acirrado conflito, em 1996, pela disputa em torno da “Terra da Gia”, antigo nome do atual território da tribo, que envolveu todo o povo Kanindé diante de um grupo de trabalhadores rurais que queria incluir parte da terra indígena nas áreas de cultivo da fazenda Alegre. No entanto, a área em questão já era tradicionalmente dos Kanindés, que a utilizavam para a caça, agricultura familiar e desenvolvimento de suas tradicionais práticas culturais relacionadas à ancestralidade do povo indígena Kanindé (MARTINS; SANTOS, 2016).

Porém, com a intervenção e apoio da Associação Mis-são Tremembé (Amite), os Kanindés intensificaram a busca e defesa de afirmação e reconhecimento étnico-cultural, conquistando em definitivo seu “pedaço de chão”, inicialmente conhecido como “Terra da Gia”, correspondente hoje à localidade de Fernandes, com cerca de 300 hectares de extensão territorial, habitada praticamente por duas famílias: a dos “Franciscos” e a dos “Bernardos”. A resistência natural e autônoma do povo Kanindé em defender seu “pedaço de chão” e sua cultura significava muito mais do que somente a representação de posse daquela terra. A parte material podia ser importante, mas havia algo mais representativo, em particular para aqueles indígenas urbanizados: a memória ancestral e cultural de seu povo. A compreensão dessa memória retrata e ratifica que “[...] nós somos animais completos e inacabados que nos completamos através da cultura – não através da cultura em geral, mas de formas altamente particulares de cultura” (GEERTZ, 1978, p. 153).

Apesar da violência e sistemática dizimação de indígenas durante o processo histórico de formação da sociedade brasileira, a memória e os traços identitários étnico-culturais desses povos nativos ainda podem ser encontrados nos mais

diversos rincões deste país por meio do patrimônio histórico-cultural material e/ou imaterial. Esta é, por exemplo, a realidade do povo indígena Kanindé da localidade de Fernandes. Os remanescentes do povo indígena Kanindé resistem ao longo do tempo com seus matizes e suas matrizes culturais expressos em suas memórias e nas práticas culturais.

Os Kanindés de Aratuba-CE possuem como líderes: José Maria Pereira dos Santos, o cacique Sotero, representando a defesa do território e de seu povo Kanindé; Manoel Constantino da Souza, o pajé Maciel, líder espiritual e responsável por manter viva a memória, o legado histórico-cultural da tribo e o curandeirismo com base no conhecimento de ervas e plantas medicinais; e José Cícero Pereira dos Santos, o Cícero, liderança viva do povo Kanindé, quem fundou a Associação Indígena Kanindé de Aratuba (Aika) em 19 de outubro de 1998, que busca e defende o reconhecimento étnico-cultural e os direitos sociais do povo Kanindé permanentemente.

O cacique Sotero, em defesa do legado de seu povo desde o início da década de 1990, passou a arquivar artefatos diversos que se reportassem de alguma forma à memória do povo Kanindé. Porém, somente a partir do ano de 1995 os Kanindés de Aratuba-CE passaram a delimitar e demarcar definitivamente seu território e sua afirmação étnico-cultural, inclusive com a implantação e implementação de suas instituições para os acervos culturais e educacionais (CEARÁ, 2007).

Na sede dos Kanindés, entre outras instituições, encontram-se a Aika, com o Museu Indígena Kanindé: Ponto de Memória ao lado, a Oca, a Capela de São José e a Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, fundada por ações autônomas de reivindicações e resistência da tribo. O Museu, desde 1996, passou a ser aberto a visitas, mas o processo de formação

de seu acervo veio do início da década de 1990, quando, preocupadas com a história, memória e legado cultural, as lideranças da tribo passaram a guardar seus acervos de memórias. O Museu pode ser visto como o primeiro marco de afirmação étnico-cultural dos índios Kanindés: “O Museu foi formado a partir da grande paixão do cacique Sotero em guardar e colecionar objetos que fizessem referência aos seus antepassados, seus costumes e modos de vida” (MARTINS; SANTOS, 2016, p. 30).

Agregado à Aika, encontra-se o Museu do povo Kanindé como espaço de memória e preservação do patrimônio histórico-cultural. No Museu, pode-se encontrar um acervo diversificado e representativo da cultura Kanindé, indo de elementos vinculados à fauna, representando as práticas da caça, a artefatos artesanais diversos, representando as práticas culturais do saber-fazer do cotidiano do povo Kanindé.

Nas paredes externas do Museu, há imagens dos animais que ainda existem na aldeia, como os desenhos do peba e da arara. Em seu interior, é possível deparar-se com uma vasta quantidade de couros/peles de animais de caça e modelos de fabricação artesanal de suas armadilhas, como o quixó de gerigonça para capturar preás, mocós, tejos, pebas, veados, tatus, nambus, seriemas, juritis, etc., bem como o landuá de cipó para a pesca, além de peças como peneiras, cestarias, etc.

**Figura 1** – Acervo do Museu Indígena: peles e couros de animais e armadilhas para caça



Fonte: Antônio Roberto Xavier (2018).

É racional destacar que a caça, a pesca e/ou o extrativismo vegetal são praticados de forma sustentável. Isso fica expresso na fala de uma das lideranças locais, o senhor José Cícero Pereira dos Santos:

*[...] Todos os animais que são expostos, com exceção de um, ainda são fáceis de encontrar em nossa reserva, que é uma mata, se chama Terra da Gia, uma das reservas indígenas [...], em relação à pesca e à caça. A cultura é no plantio de fava, feijão e milho, para se alimentar, além da caça. A pesca ninguém pesca. O que predomina mais aqui é a caça e o artesanato, feito principalmente por dona Tereza, que faz pena, sementes.*

Com efeito, os Kanindés aprenderam de seus ancestrais e ensinam à posteridade que essas ações devem ser feitas peculiarmente para obtenção do sustento, em período que não viole a gestação e procriação dos animais ou período da prenhe (CEARÁ, 2007).

Sobre o acervo do interior do Museu, José Maria Pereira dos Santos, o cacique Sotero, explica:



*Os acervos do Museu, as peças que a gente mostra, nós temos todas ainda em uma reserva dentro da aldeia. É que nós gostamos muito de caça. E todas são caças. Nós comemos a carne, daí, aqui e acolá, nós tiramos o couro e fazemos esse sistema aqui para mostrar que [...] ainda temos; se quiser adquirir qualquer peça dessa lá na reserva, a gente tem tudo isso.*

Por outro olhar, é possível perceber no interior do Museu Kanindé um acervo de variadas peças artesanais, como utensílios de couro, cascos, penas e artefatos, sobretudo cipós, palha, cerâmica, indumentárias, vegetais, minerais, adornos, equipamentos musicais, moedas, medalhas, além de inúmeros instrumentos para o trabalho na roça, próprios da agricultura de subsistência, atividade ainda muito praticada pelos Kanindés. Sem dúvida, os Kanindés de Aratuba-CE “[...] estão conseguindo manter viva a história de seu povo através do Museu, que serve também de fonte de pesquisa para toda a região” (CEARÁ, 2007, p. 31).

De fato, os traços indígenas do povo Kanindé são visíveis material e imaterialmente, podendo ser facilmente encontrados no cotidiano da comunidade indígena de Fernandes, em Aratuba-CE. O povo Kanindé se autodenomina de “povo caçador”. Todavia, a prática do caçar vai mais além do que o simples fato de conseguir a presa para alimentação. Por ocasião da preparação do ato de caçar com suas técnicas e armadilhas específicas legadas de seus ancestrais, como o uso de quixós, arapucas, fojos, espingardas, chamarizes, etc., os Kanindés invocam e declamam caçadas exitosas de seus antepassados, tornando o ato de caçar mais uma dentre tantas outras representações identitárias culturais vividas e revividas no seio do povo Kanindé (GOMES, 2012).

Os Kanindés também cultivam o sincretismo cultural religioso do colonizador com práticas de algumas manifestações, sendo as principais: o Roubo do Santo e a Festa de São José. O Roubo do Santo se dá quando os sinais de inverno ruim aparecem, ocasião em que uma pessoa da comunidade furta um santo do vizinho e permanece com a imagem. No entanto, no mês de junho, normalmente o mês em que o inverno termina, as pessoas da comunidade se reúnem e fazem uma caminhada com a imagem do santo, circunstância em que entoam cânticos religiosos. A veneração com o santo passa pela igreja (católica) e pelas casas de doentes e segue à casa do verdadeiro dono. Ao término, as pessoas cantam benditos, rezam um terço e comemoram a colheita e o inverno no caso de ter sido bom. “O mais bonito é que todo mundo participa: adulto, criança, idoso, todos vão agradecer ao santo, diz Rita Pequeno, para ela o mais importante é passar esta tradição para as outras pessoas” (CEARÁ, 2007, p. 8).

Com relação à Festa de São José, padroeiro do Ceará, ocorre no período de 9 a 19 de março, sendo uma das manifestações mais tradicionais da comunidade dos Kanindés. Antes mesmo da construção da capela, os Kanindés, no dia 19 de março, saíam a pé em peregrinação venerando o santo até a sede do município, para se juntarem aos demais fiéis a fim de pedirem e agradecerem por um bom inverno, saúde, boa colheita e proteção aos agricultores. “Nestas ocasiões todos se reúnem: índios, pretos, brancos. É uma união só, relata D. Rita Pequeno” (CEARÁ, 2007, p. 9).

Ademais das manifestações religiosas supracitadas, os Kanindés cultivam a dança do toré<sup>3</sup> como uma das expressões mais significativas da tribo. Entretanto, apesar de já ser conhe-

<sup>3</sup> Toré de reabertura do Museu dos Kanindés. Disponível em: <<https://youtu.be/dmna14wddf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

cida e praticada desde as origens do povo Kanindé, a dança só despontou como prática contumaz no seio da tribo a partir de 1995, quando os Kanindés assumiram publicamente suas origens. O toré dos Kanindés, além de ser um ritual de agradecimento a Deus pela vida e sobrevivência, traduz-se em busca de forças aos encantados da natureza (espíritos) para paz interior e preparação para lutas. Trata-se de um ritmo compassado e sereno. Os instrumentos para a prática do toré são: “[...] maracás feitas de coité e tambores de madeira. As músicas falam de animais, plantas e agradecem a Deus. A dança é realizada em rodas. Os trajes são feitos de pena. São utilizados cordões e pulseiras de sementes de cores variadas e o cocá feito de penas” (CEARÁ, 2007, p. 11).

Os Kanindés também mantêm viva a tradição nativa das olimpíadas desde o ano de 2000. Participam dos jogos indígenas Kanindés crianças, jovens e adultos. Os jogos dos Kanindés ou miniolimpíadas preservam as tradições nativas. São competições variadas, como: arremesso de arco e flecha, corrida de tora, queda de braço, cabo de guerra, atletismo, futebol, etc. É uma prévia preparatória para a participação nas olimpíadas estaduais. A cultura lúdica dos jogos indígenas, embora pareça simplória para muitos, tem um significado potente para os que buscam compreendê-la. Os diversos jogos praticados por ocasião desses jogos, além de despertarem cognitivamente, são indispensáveis para o desenvolvimento de sentimento de afeto, pertença identitária de uma coletividade e desenvolvimento de uma educação intercultural (RIBEIRO, 1988).

[...] o estudo da cultura lúdica entre os diferentes povos pode não se revelar de grande interesse na academia. No entanto, uma visão de sobrevoos em paragens outras se faz imprescindível nesse momento, para situar o brincar em outra perspectiva

paradigmática, que não aquela imposta ‘oficialmente’ em nosso meio. (GRANDO, 2010, p. 14).

Os Kanindés desenvolvem outros ofícios dos saberes-fazer. São invenções do cotidiano (CERTEAU, 1994) para complemento da renda familiar. Além dos artesanatos de barro, como panelas, potes, quartinhas, alguidares, os Kanindés também têm ofícios e modos de fazer outros artesanatos, a exemplo das bonecas de pano e dos artesanatos de palha de bananeira: tapetes, bolsas, carteiras, agendas, etc. Outros ofícios e modos de fazer dos Kanindés são os artesanatos de madeira, como esculturas diversas, colheres de pau, garfos, travessas, copos, ornamentos, dentre outros.

Ainda na esteira do arcabouço cultural dos índios Kanindés, existe outro ofício ou modo de fazer: o mocoioró. Trata-se de uma bebida típica dos Kanindés feita do caju, o qual, depois de curtido em potes ou cabaças por cerca de um ano, tem seu líquido coado e liberado para ser consumido. O mocoioró era utilizado pelos Kanindés somente para fins domésticos, não obstante, a partir do contato e uso com os Tremembés de Al-mofala e Tabebas de Caucaia, os Kanindés também passaram a usar o mocoioró em eventos festivos, como durante a dança do toré, para comemorar alguma conquista ou somente por prazer e relaxamento para novas lutas e conquistas.

### **Povo Kanindé de Aratuba e a educação formal**

A propósito de esclarecimento, é válido destacar aqui que as tentativas de implantação da educação formal aos povos indígenas ocorrem em território brasileiro desde a chegada dos jesuítas à Bahia em 1549 e se estende até a publicação da Portaria Interministerial n. 559, de 16 de abril de 1991. Em-

bora seja dolorido dizer, essas tentativas sempre ocorreram e ocorrem de forma tendente à aculturação e/ou à descaracterização das bases étnico-culturais dos diversos povos indígenas. Não tem sido diferente com o povo Kanindé de Aratuba-CE. Mas, antes de adentrarmos nessa seara de debate, cabe esclarecer algo em relação à educação informal ou até mesmo à educação não formal. Isto se dá em virtude de a educação informal e/ou não formal serem mecanismos naturais possíveis extensivos de transmissão cultural via história oral em geral, especificamente dos Kanindés.

Nesse sentido, a educação formal indígena diferencia-se por, em tese, atender às diretrizes, normas e legislação do poder público e, ao mesmo tempo, não descaracterizar ou vetar, de modo explícito ou camuflado, as práticas étnico-culturais dos Kanindés.

Na verdade, a escola indígena é, como outra qualquer, dirigida para uma formação universalizada, homogeneizadora dos valores, princípios e da cultura ocidental, implantada por meio de uma pedagogia estranha ao universo cosmológico das sociedades indígenas. Seu conteúdo ideológico está voltado para os interesses capitalistas. Mesmo dentro da escola indígena, as ‘coisas de índio’ são apresentadas às crianças como algo exótico e fora da realidade do mundo moderno. (ISAAC; RODRIGUES, 2017, p. 24).

Com efeito, a educação formal tem se tornado realidade no cotidiano dos povos indígenas, sobretudo os urbanizados, a partir da década de 1990. No caso do povo Kanindé, a educação formal iniciou-se a partir do ano de 1999. Com a esperança de perpetuar a cultura, diminuir e até superar as barreiras discriminadoras e preconceituosas, bem como as injustiças sociais, econômicas e culturais, as lideranças do povo

Kanindé buscaram bravamente implantar uma escola regular na comunidade. Essa façanha teve início com dois determinados professores Kanindés, Suzenilton Silva e Terezinha Barroso, quando começaram a reivindicar uma escola formal para a comunidade Kanindé no sítio Fernandes, em Aratuba-CE, em 1999. Com turmas de jovens e adultos, tendo apenas 27 alunos, foi inaugurada, no alto da serra de Aratuba-CE, uma escola indígena.

Em 1999, a atual Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos foi aberta, dando início à educação formal diferenciada visando suprir as necessidades de preservação e perpetuação da cultura do povo Kanindé habitante do sítio Fernandes. A escola, que inicialmente funcionava em casa de família local, foi autorizada a funcionar com duas salas de aula para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo como primeiros docentes Suzenilton Silva e Terezinha Barroso. Em seu início, a escola indígena tinha um total de 40 alunos divididos em duas turmas de 20 discentes cada uma delas. Em seguida, surgiu mais uma sala de EJA sob a docência do professor Elenilson, indígena Kanindé.

A escola indígena Kanindé de Fernandes tem como objetivos: educar para o conhecimento histórico do povo Kanindé e a comunidade indígena local; formar lideranças indígenas Kanindés para continuar a luta em defesa da terra; postergar o legado cultural do povo Kanindé; e garantir uma educação de qualidade a partir da realidade indígena local, inclusive com cursos de formação para professores descendentes de Kanindés. E isso está ocorrendo, conforme indica Cícero Pereira dos Santos, liderança do povo Kanindé:

*Dos professores que ensinam na escola, 95% são da comunidade, são todos índios. Nós temos toda a abertura da escola, tanto pela manhã como pela*

*tarde, um ritual de começar a aula de segunda a sexta. E, às quintas, tem um ritual também. Todos os primeiros sábados de cada mês, temos uma reunião na Associação dos Fernandes às quatro horas da tarde. E, na aldeia Balança, todos os segundos sábados às quatro horas da tarde.*

No ano de 2002, percebendo a necessidade da educação formal para a educação infantil, haja vista que os alunos estudavam em espaços familiares locais, as lideranças *kanindeenses* conseguiram junto ao governo municipal local duas salas de aula no chamado “grupo velho” da antiga escola municipal.

Com o aumento sistemático de alunos e das permanentes reivindicações das lideranças Kanindés – sobretudo pelo cacique Sotero e por Cícero Pereira – e dos professores Suzenilton Silva e Terezinha Barroso. Após muitas lutas e movimentos, o povo Kanindé conquistou a autorização, funcionamento e registro de uma escola através da Resolução Ministerial n. 382/2003. Inicialmente a escola recebeu o nome de Escola de Ensino Diferenciado de Fernandes de Cima e Fernandes de Baixo em razão da distância entre as salas de aula e das diferenças geográficas do terreno local.

Porém, em 2005, a senhora Maria do Carmo fez a doação de um terreno para a construção do prédio escolar. Por ter sido herança do senhor Manoel Fernandes dos Santos, falecido irmão de dona Maria do Carmo, o povo Kanindé colocou o nome da instituição de Escola Indígena Manoel Fernandes dos Santos em homenagem ao falecido (SILVA, 2016).

A atual escola indígena, situada em sítio Fernandes, Aratuba-CE, construída em 2005, possui arquitetura moderna, atendendo aos padrões da Funai e do Ministério da Educação. A escola possui dois blocos com área construída de 30 x 20 metros protegida por muros e grades. Também dispõe de

acesso adequado para pessoas deficientes, abastecimento de água da rede pública, cisterna e rede de esgoto. A referida unidade escolar oferece os cursos essenciais da educação básica: educação infantil, ensino fundamental I e II, ensino médio na modalidade normal e EJA médio (CEARÁ, 2015).

É válido destacar que há em uma de suas laterais a imagem identificadora de seu representante maior de defesa, o cacique Sotero, com os dizeres “Povo Kanindé”. A escola, além de uma conquista histórica da comunidade, representa não somente um estabelecimento de ensino formal, mas um local de vivências, com trocas de experiências do saber-fazer e do aprender-perpetuar as histórias, memórias e práticas culturais identitárias do povo Kanindé em Aratuba-CE (CEARÁ, 2015; CERTEAU, 1994).

Do ponto de vista educacional, não haverá educação diferenciada, específica, bilíngue e intercultural se os índios não sistematizarem uma educação escolar baseada na pedagogia da sua própria sociedade. Isso inclui o uso da língua materna como oficial da escola e o ensino da religiosidade autóctone. Os modelos da sociedade ocidental não servem senão para criar as condições ideológicas para sua dominação pelas elites da sociedade abrangente. (ISAAC; RODRIGUES, 2017, p. 24).

As escolas indígenas não podem nem devem abrir mão da missão de cumprir a matriz curricular, incluindo de forma decisiva o ensino e o reconhecimento do patrimônio histórico-cultural como parte integrante e inseparável das questões étnico-identitárias dos povos nativos indígenas. Essa deve ser uma luta constante tanto de educadores como de todos da comunidade escolar sob pena de perdermos as identidades étnico-culturais de nossos ancestrais civilizados das florestas.



## Conclusão

O objetivo geral proposto neste artigo foi o de compreender traços, perfis e práticas identitárias étnico-culturais indígenas e aspectos educacionais dos descendentes do povo Kanindé da localidade de Fernandes, em Aratuba-CE. Conforme a escrita foi sendo desenvolvida, explicitaram-se a perpetuação ancestral do legado cultural, os modos do saber-fazer e o cotidiano identificador dos atuais Kanindés descendentes dos Janduí: as práticas agrícolas, o caçar, o pescar, o dançar, os ritos, os mitos, as lendas e as formas de produzir, seja o extrativismo vegetal, seja a fabricação de utensílios diversos.

Destarte, a identificação e as práticas étnico-culturais são perpassadas e cultivadas através da história e memória dos mais velhos aos mais jovens integrantes do povo Kanindé. Tais práticas de transmissão do legado cultural Kanindé, além de acontecerem por meio da educação informal, ocorrem também por meio da educação formal, sobretudo com a implantação e o funcionamento de cursos da educação básica com a maioria de professores descendentes Kanindés que efetuam seus trabalhos docentes na Escola Indígena Manoel Francisco Fernandes *in loco*.

Conclui-se, por último, que o povo Kanindé resiste, preserva e mantém viva sua identidade étnico-cultural, expressa em suas práticas cotidianas do saber-fazer canalizadas pela educação formal, que assegura, ao lado da educação informal, a história e a memória de seus ancestrais.

## Referências

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORGES, P. H. P. Uma visão indígena da história. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 19, n. 49, p. 92-106, 1999.

BRASIL. Portaria Interministerial n. 559, de 16 de abril de 1991. Dispõe sobre a Educação Escolar para as Populações Indígenas. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 abr. 1991.

CEARÁ. Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos. Povo Kanindé. *Projeto Político-Pedagógico*. Sítio Fernandes, Aratuba-CE, 2015.

CEARÁ. *Fruto que brotou da luta pela terra: povo Kanindé – Aratuba e Canindé*. Fortaleza: Importec, 2007.

CEARÁ. Resolução n. 382, de 2003. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de escola indígena no Sistema de Ensino do Ceará e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Ceará*, Poder Executivo, Fortaleza, 2003.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1, artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. *A história cultural*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMES, A. O. *Aquilo é uma coisa de índio: objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará*. 2012. 322 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

GOMES, M. P. *Os índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GRANDO, B. S. *Jogos e culturas indígenas: possibilidades para a educação intercultural na escola*. Cuiabá: UFMT, 2010.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

ISAAC, P. A. M.; RODRIGUES, S. F. P. Educação escolar indígena: impactos e novas formas de colonização. *Revista Cocar*, Belém, v. 11, n. 22, p. 60-86, 2017.

MARTINS, S. G.; SANTOS, S. S. *Pelas veredas da memória: história, afirmação étnica e organização comunitária entre os índios Kanindé*. 2016. 49 f. (Monografia em Licenciatura Intercultural Indígena) – Programa de Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MENEZES, E. D. B. A cultura brasileira “descobre” o Brasil, ou “Que País é este?!” – Uma pergunta à cata de resposta. *Revista USP*, São Paulo, n. 12, p. 76-93, 1991-1992.

RAMOS, A. R. *Sociedades indígenas*. São Paulo: Ática, 1995.

RIBEIRO, B. *O índio na História do Brasil*. São Paulo: Global, 1983.

SANTOS, A. N. G. et al. *Mapeamento cultural: comunidade indígena Kanindé de Aratuba*. Sítio Fernandes, 2008.

SANTOS, J. C. P. *Entrevista com José Cícero Pereira dos Santos realizada por Antônio Roberto Xavier*. Aratuba-CE, 11 nov. 2017.

SANTOS, J. M. P. *Entrevista com José Maria Pereira dos Santos realizada por Antônio Roberto Xavier*. Aratuba-CE, 11 nov. 2017.

SANTOS, P. F. S. Discurso. In: CEARÁ. *Fruto que brotou da luta pela terra: povo Kanindé – Aratuba e Canindé*. Fortaleza: Impotec, 2007.

SIASI-DISEI – Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena – Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará. *DISEI-CE*. Ceará, 2018.

SILVA, E. Povos indígenas no Nordeste: contribuição à reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. *Mneme: Revista de Humanidades*, Natal, v. 4, n. 7, p. 39-46, 2003.

SILVA, E. M. L. *Formação de professores da educação infantil da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos*. 2016. 28 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Programa de Graduação em Pedagogia, Faculdade Kurios, Canindé, 2016.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.